

A validade do(s) Princípio(s) de Frege na análise da linguagem natural

Francisco J. Salguero-Lamillar

(Universidade de Sevilha, Faculdade de Filologia)

salguero@us.es

1. O Princípio de Frege é realmente de Frege?

O *Princípio de Composicionalidade* ou *Princípio de Frege* é uma das bases mais discutidas da investigação linguística no domínio da semântica. Este princípio, geralmente atribuído ao matemático alemão Gottlob Frege, pode ser definido do seguinte modo:

O significado de uma expressão complexa é determinado pela sua estrutura e pelo significado das expressões mais simples que a compõem.

No entanto, apesar de reiteradamente citada, esta definição não se encontra nos escritos de Frege. A formulação original deve-se ao filósofo Rudolf Carnap, que atribuiu os seguintes princípios, denominados princípios *de intercâmbio*, ao seu compatriota:

First principle [...] the *nominatum* of the whole expression is a function of the *nominata* of the names occurring in it. [...] Second principle [...] the sense of the whole expression is a function of the senses of the names occurring in it.¹

Carnap baseia-se nos argumentos que Frege expõe em *Über Sinn und Bedeutung* a respeito do significado geral das expressões complexas em que aparecem nomes ou frases nominais que podem ser substituídos ou não por outros nomes ou frases com idêntica referência em diferentes contextos *salva veritate*. Assim,

¹ “Primeiro princípio [...] o *nominatum* da expressão completa é uma função dos *nominata* dos nomes que nela ocorrem. [...] Segundo princípio [...] o sentido da expressão completa é uma função dos sentidos dos nomes que nela ocorrem”. (Carnap, 1947, 121.)

considera que a análise que Frege faz do significado das expressões, atendendo ao seu sentido e referência, contém os princípios expostos, ainda que não tenham sido formulados explicitamente.

Posteriormente, também o filósofo britânico Donald Davidson atribui a Frege o princípio de composicionalidade; como escreve em 1967:

If we want a theory that gives us the meaning (as distinct from reference) of each sentence, we must start with the meaning (as distinct from reference) of the parts. Up to now we have been following Frege's footsteps; thanks to him the path is well known and even well worn.²

Para a maioria dos semanticistas actuais – sejam lógicos ou linguistas – não há dúvida de que o significado proposicional é função do significado dos seus termos. A proposição encontra-se num nível semântico diferente do das palavras, mas o seu significado não é independente do significado dos termos que a compõem. Deste modo, qualquer teoria geral do significado tem de satisfazer pelo menos três condições: primeiro, deve captar em cada língua a natureza do significado das palavras e a das proposições, e explicar as relações existentes entre ambas; segundo, deve ter em conta a ambiguidade na interpretação tanto das palavras quanto das proposições; terceiro, deve descrever e explicar as relações sistémicas entre as palavras e as proposições de uma língua, tais como sinónímia, inclusão lógica, vinculação, contradição, etc.

Assim, por um lado, é certo que Frege nunca formulou tal princípio nos seus escritos e que a composicionalidade da referência ou do sentido não é mencionada em *Über Sinn und Bedeutung*; por outro lado, parecem ser inferidos a partir dos seus argumentos a favor da necessidade de distinguir entre referência e sentido no significado dos termos que constituem uma proposição enunciativa. No entanto, por razões históricas, consideramos acertada a atribuição do Princípio de Composicionalidade a Frege, pois, desde Russell até hoje, passando por Carnap, Church, Davidson ou Dummett – para não falar dos criadores do holismo pragmático, Wittgenstein e Quine, que tanto devem ao matemático alemão –, a teoria semântica tem-se baseado nos seus argumentos para estabelecer modelos de interpretação tanto das linguagens da lógica quanto das línguas naturais.³

² “Se queremos uma teoria que nos dê o significado (como algo diferente da referência) de cada proposição, devemos começar com o significado (como algo diferente da referência) das partes. Até agora seguimos os passos de Frege; graças a ele o caminho é bem conhecido e inclusive bem usado”. (Davidson, 1967, 306.)

³ A opinião contrária é formulada em (Pelletier 2001), com uma ampla selecção de textos sobre o(s) Princípio(s) de Frege.

2. Os problemas da composicionalidade na linguagem natural

De um ponto de vista gramatical, no que diz respeito à linguagem natural e às línguas, o *Princípio de Composicionalidade* é fundamental para atribuir significado a expressões complexas – como as proposições, por exemplo – em função do significado das palavras e das relações funcionais que se estabelecem entre elas. De tal modo que o significado das seguintes proposições enunciativas:

- (1) O cão mordeu a menina
- (2) A menina mordeu o cão

depende do significado de palavras como “menina”, “cão” ou “mordeu”, mas também das funções sintáticas (e papéis semânticos associados) das frases “o cão” e “a menina”. Isto foi compreendido imediatamente pelos linguistas que adoptaram métodos formais de análise para estabelecer modelos de interpretação da linguagem natural, como no caso de Barbara Partee:

We need to account for a language user’s ability to understand novel sentences, of which there are a potential infinity. Even before we have any handle on what sort of things we should analyze meanings to be, this fundamental aspect of semantic competence provides an argument that they must be governed by some version of the *Principle of Compositionality*, or *Frege’s Principle*. [...] The meaning of a whole is a function of the meanings of the parts and the way they are syntactically combined.⁴

Segundo esta interpretação da semântica das expressões complexas, nenhum modelo de interpretação da linguagem pode prescindir do *Princípio de Composicionalidade*, mas todos se deparam com alguns dos problemas que surgem da sua aplicação. Estes problemas relacionam-se com a própria estrutura e natureza da linguagem natural humana, diferente das linguagens simbólicas.

Podemos fazer a seguinte classificação dos problemas da composicionalidade na linguagem natural, atendendo aos fenómenos mais característicos das línguas face às linguagens lógicas:

⁴ “Precisamos explicar a habilidade que os utentes de uma língua têm para entender proposições inovadoras, das quais há um número potencialmente infinito. Mesmo antes de conseguirmos perceber que espécie de coisas são os significados a analisar, este aspecto fundamental da concorrência semântica providencia o argumento de que devem ser governados por alguma versão do *Princípio de Composicionalidade*, ou *Princípio de Frege*. [...] O significado do todo é uma função dos significados das partes e do modo como se combinam sintaticamente”. (Partee, 1995, 313.)

1. Na maioria das proposições de uma língua aparecem palavras cujo significado não é tão claro como o significado das palavras “menina”, “cão” ou “mordeu” em (1) e (2). Isto pode dever-se a três fenómenos, fundamentalmente:

a) Em todas as línguas encontramos palavras polissémicas ou ambíguas, que podem ser interpretadas de mais de uma maneira (por exemplo: “pata”, referindo-se ao animal ou a uma extremidade; “foi”, referindo-se ao ser ou ao movimento, etc.). A relação de homonímia reduz-se aqui conscientemente à polissemia – pois não nos interessam os aspectos diacrónicos do fenómeno – ainda que, além da diferença no significado, nos possamos confrontar com uma diferença na categoria gramatical da palavra que pode dar lugar a fenómenos de ambiguidade estrutural, além da ambiguidade lexical (por exemplo, “time flies like an arrow”, que pode ser traduzido para português como “o tempo voa como uma seta” ou como “as moscas do tempo gostam de uma seta”).

b) Mais importante ainda, em todas as línguas há palavras cujo significado não é lexical, mas gramatical – é o caso da preposição “a” em espanhol, quando marca o caso acusativo das frases nominais “la niña” ou “el perro” em função de objecto nas proposições “El perro mordió a la niña” e “La niña mordió al perro”. Estas palavras são tremendalemente relevantes para o *Princípio de Composicionalidade* já que estabelecem a estrutura gramatical da proposição e, portanto, possibilitam a interpretação correcta das frases constituintes das proposições e das suas funções sintácticas. Determinantes, conjunções e preposições são palavras deste tipo, sendo a sua relevância semântica crucial (comparem-se as proposições seguintes: “faça clique no botão esquerdo e arraste o rato” e “arraste o rato e faça clique no botão esquerdo”; a conjunção “e” não só une duas proposições como também determina uma ordem que afecta as consequências das acções descritas por ambas proposições).

c) Ainda mais interessante de um ponto de vista semântico, em todas as línguas há palavras cujo significado depende da situação, do contexto ou de outras expressões do discurso. Estas palavras denominam-se genericamente expressões anafóricas ou simplesmente anáforas. A *deixis* espacial ou temporal, os pronomes pessoais e palavras como “assim” ou “também” obtêm significado contextual ou situacionalmente; assim, uma proposição como “ela a mordeu aqui assim” é, simultaneamente, um prodígio de ambiguidade e de eficiência linguística.

2. Em todas as línguas é possível construir expressões complexas ambíguas – isto é, com mais de uma interpretação possível – sem que haja um uso agramatical da linguagem ou sem que se verifique a intervenção da polissemia lexical, propriamente dita, ou das expressões anafóricas. Também aqui nos encontramos com diferentes tipos de ambiguidade:

a) Uma ambiguidade que afecta a estrutura das constituintes da proposição. São as denominadas proposições telescópio, designadas assim em função do exemplo que foi usado originalmente pela gramática chomskyana para ilustrar este fenómeno: “John saw Mary with a telescope”. O problema é idêntico em português e em todas as línguas em que se pode usar um complemento ou um modificador, sem marca precisa, que o relate necessariamente ao constituente, que completa ou modifica (por exemplo, “O meu professor de português era um homem casado com cinco filhas” pode referir-se ao número de filhas do meu professor de português no seio do seu matrimónio ou ao facto de se tratar de um polígamo incestuoso).

b) Uma ambiguidade provocada pela opacidade contextual introduzida por certos verbos ou modificadores oracionais – em geral, os verbos de atitude proposicional e os operadores de modalidade como “necessariamente”, “possivelmente”, “é obrigatório que...”, que produzem interpretações *de dito* ou *de re* (por exemplo, “faço sempre caso do médico”, cuja interpretação *de re* se refere a um indivíduo concreto que é médico e cuja interpretação *de dito* se refere a qualquer indivíduo que seja médico) – ou também pela confusão entre uso e menção (por exemplo, “Cícero tem seis letras”, que podemos interpretar no sentido em que o nome “Cícero” ter seis letras ou no sentido em que o indivíduo a quem se refere esse nome tem seis letras... não pagas, por exemplo).

c) Finalmente, relacionada com as interpretações *de dito* e *de re*, uma ambiguidade que procede da interpretação literal ou figurada de certas expressões. Os melhores exemplos são os idiomatismos ou as frases feitas que povoam o vocabulário coloquial das línguas, mas também as imagens metafóricas e os usos metonímicos tão habituais nos processos linguísticos de criatividade e enriquecimento semântico (por exemplo, a expressão inglesa “John kicked the bucket” pode ser interpretada literalmente no sentido de João dar um pontapé no balde, ou figuradamente – a sua interpretação coloquial mais usada no mundo de língua inglesa – no sentido de João ter morrido ou, dito de maneira mais apropriada, de João ter “esticado o pernil”).

3. Por fim, existe também o problema contrário, isto é: em todas as línguas são possíveis diversas construções gramaticais para uma mesma proposição. “A Opel fabricou este carro” / “Este carro fabricou-o a Opel” / “Este carro foi fabricado pela Opel”. Isto significa que, tal como não há uma única relação possível entre o significado das expressões constituintes e o significado da expressão complexa, também não há uma única relação entre as estruturas gramaticais, as funções por elas representadas e o significado proposicional. A relação de *mapping* entre palavras e significados não é, portanto, biunívoca, como também não é biunívoca a relação entre estruturas sintácticas, funções sintácticas e significado proposicional.

Pensamos que estes problemas do *Princípio de Composicionalidade* não o invalidam, antes requerem um estudo mais pormenorizado dos seus mecanismos internos. Parece claro, por exemplo, que quando interpretamos certas combinações complexas de signos aplicamos o princípio até onde o uso ou o conhecimento pragmático das expressões o permitem. Assim, combinações de um núcleo de frase e seu complemento ou seu modificador seguem parcialmente o *Princípio de Composicionalidade* em muitas ocasiões. Outro exemplo, compostos como francês “wagon-lit” ou o inglês “public-eye” não podem ser interpretados correctamente apenas a partir dos pressupostos de tal princípio, sem algum tipo de restrição ou mediação.

Por isso, Ronald Langacker propôs o conceito de zona activa (*active zone*), ou lugar de interacção entre dois significados combinados, definido nos seguintes termos:

An entity's active zone, with respect to a profiled relationship, is that facet of it which most directly and crucially participates in that relationship.⁵

Deste modo, os significados de combinações como “faca de bolso”, “faca de cozinha”, “faca de cozinheiro”, “faca de carne” ou “faca de ferro” têm de ser interpretados em relação com as zonas activas que relacionam faca e bolso (conteúdo e continente); faca e cozinha (instrumento e lugar de uso); faca e cozinheiro (instrumento e agente que o usa); faca e carne (instrumento e objecto sobre o qual é, em cada caso, usado); ou faca e ferro (objecto e matéria da qual é feito). O falante deve adquirir estas zonas activas juntamente com o uso da expressão para evitar a interpretação de que uma faca de bolso é uma faca que se usa para cortar bolsos, ou de que uma faca de carne é uma faca que se pode meter na carne para a transportar.

É preciso fazer notar também que este conceito de zona activa está relacionado, em meu entender, com o uso metonímico de algumas expressões (por exemplo, na expressão “olhos verdes” o que é interpretado em relação à cor verde é uma parte dos olhos – a íris –, ao passo que na expressão “olhos vermelhos” é outra parte diferente – o branco do olho), o que nos pode levar a postular a existência dos elementos funcionais e relacionais necessários para a interpretação das relações de combinação lexical que dão lugar às expressões complexas da linguagem.

⁵ “A zona activa de uma entidade, no que diz respeito a uma relação estabelecida, é a sua faceta que mais directa e crucialmente participa nessa relação”. (Langacker, 2004, 9.) O conceito pode ser encontrado originalmente em Langacker 1987, 272-273; 1991, 189-201.

3. A reconciliação da composicionalidade e a contextualidade

A questão é, então, saber como se conhecem, adquirem e relacionam estes elementos – estas zonas activas – com os elementos constituintes de uma expressão complexa e qual é o seu comportamento no seio do *Princípio de Composicionalidade*.

Para isso é necessário estabelecer uma restrição no significado das expressões simples que constituem uma expressão complexa dada. Esta restrição foi proposta pelo próprio Frege no seu ensaio *Grundlagen der Arithmetik* conhecida por *Princípio de Contextualidade*:

Mann muss die Wörter im Satze betrachten, wenn man nach ihrer Bedeutung fragt [...] Es genügt, wenn der Satz als Ganzes einen Sinn hat; dadurch erhalten auch seine Teile ihren Inhalt.⁶

A reformulação do *Princípio de Composicionalidade* nestes termos estabelece que o significado de qualquer expressão depende dos significados de todas as expressões mais complexas em que essa expressão ocorra como constituinte. Isto pode parecer uma *petitio principii*, um argumento circular, já que, por um lado, o significado das expressões complexas depende do significado das expressões mais simples que a constituem e, por outro, o significado destas expressões mais simples – e de todas as expressões – adquire-se em relação às expressões mais complexas que podem aparecer. Esta é a causa pela qual Fodor e Lepore acham difícil a conciliação das duas formulações:

Where Frege himself stands is a little unclear. On the one hand, it's a famous Fregean view that words have meaning only as constituents of [...] sentences [...]; but on the other hand Frege certainly thought that the semantics of sentences is compositionally determined by the semantics of the words they contain (plus their syntax) [...] Whether, and in exactly what way, these doctrines can be reconciled is a notorious crux in Frege interpretation.⁷

Uma maneira de ultrapassar a dificuldade salientada por Fodor e Lepore é interpretar o *Princípio de Contextualidade* como a versão mais linguística do *Princípio de Composicionalidade*, ou então, para evitar a circularidade, entender que

⁶ “Devem considerar-se as palavras dentro da proposição quando se pergunta pelo seu significado [...] É suficiente quando toda uma proposição completa tem um sentido; daí recebem também suas partes o seu conteúdo”. (Frege, 1884, secc. 60.)

⁷ “Onde se posiciona Frege é um pouco escuro. Por um lado, é um famoso ponto de vista fregeano que as palavras têm significado só como constituintes [...] das proposições [...]; mas, por outro lado, Frege pensava que a semântica das proposições está composicionalmente determinada pela semântica das palavras que contêm (mais a sua sintaxes) [...] Se estas doutrinas podem reconciliar-se, e exactamente de que maneira, é uma importante questão para a interpretação de Frege”. (Fodor & Lepore, 1992, 210.)

existe algum tipo de dependência entre ambos os princípios que deve dar prioridade a um deles. Ambas as opções são compatíveis entre si desde o ponto de vista da análise das estruturas da linguagem natural, ainda que no caso das linguagens simbólicas da lógica é por demais evidente que a noção de denotação de um termo é bem mais familiar que a noção de denotação de uma proposição, derivada veritativofuncionalmente da primeira.

Contudo, esta aparente circularidade é evitada graças ao conceito de *zona activa* – que introduz elementos no significado das combinações de expressões simples que são externos ao discurso, relacionados com a metáfora e a metonímia – juntamente com outro conceito relacionado com o contexto de interpretação das expressões complexas da língua: a noção de *perfil de normalidade*.

Segundo Alan Cruse, “meaning is anything that affects the relative normality of grammatical expressions”⁸. Esta concepção do significado das expressões linguísticas é claramente contextual, já que a noção de “normalidade” se aplica exclusivamente a combinações de expressões e nunca a expressões simples isoladas, pelo que o significado deve ser estudado em expressões complexas e construções maiores do que as simples unidades significativas (os morfemas). Por conseguinte, duas expressões com significados diferentes devem diferir em normalidade em algum contexto, enquanto que duas expressões que compartilhem a sua normalidade em todos os contextos devem ter o mesmo significado.

O perfil de normalidade de uma expressão – *normality profile* – é dado por todos os contextos em que a expressão em questão se pode usar, por oposição àqueles em que o seu uso não é possível ou em que não é aceitável. O perfil de normalidade de uma expressão – simples ou complexa – oferece-nos, portanto, uma representação do seu significado.

Quando uma expressão não é aceitável num determinado contexto, diz-se que ela sofre de algum tipo de anomalia. Estas anomalias podem ser semânticas ou gramaticais. A diferença fundamental entre estas anomalias é que na anomalia gramatical é sempre possível estabelecer um contexto alternativo não anómalo – *critério de correcção* – enquanto que na anomalia semântica não é possível estabelecer um único contexto alternativo aceitável.

Por exemplo, a seguinte expressão complexa contém várias anomalias gramaticais:

(3) As praias português é bonito

⁸“O significado é algo que afecta a relativa normalidade das expressões gramaticais”. (Cruse, 2004, 41)

O falante com competência na língua portuguesa pode imaginar rapidamente um contexto alternativo no qual as anomalias desaparecem:

(3') As praias portuguesas são bonitas

O enunciado (3) é um exemplo claro de expressão anómala por questões estritamente gramaticais. Neste enunciado, o *Princípio de Composicionalidade* não tem aplicação já que a contextualização dos termos não é correcta segundo as regras da gramática portuguesa. Mas há um único contexto claro e bem definido que proporciona os critérios de composicionalidade necessários para sua interpretação e que ficam expostos no enunciado (3'). No entanto, considere-se o seguinte enunciado:

(4) As vontades vermelhas são verdes

Nele encontramos várias anomalias de tipo semântico. Em primeiro lugar, a predicação de cor de um conceito abstracto cujo referente, de um ponto de vista cognitivo, não admite a propriedade da cor. Em segundo lugar, a atribuição de uma cor diferente do expresso inicialmente, pelo que se produz uma contradição. A filosofia do atomismo lógico diria que estamos perante um contra-senso – *nonsense* – uma expressão que não pode ser interpretada pois não se lhe pode atribuir referência e, portanto, um sentido claro.

Contudo, o mesmo *critério de correcção*, que nos permite distinguir entre anomalias gramaticais e semânticas, leva-nos a constatar que as anomalias semânticas podem ser frequentemente resolvidas mediante a manipulação contextual da expressão anómala, através da ampliação do seu contexto de interpretação. De maneira que poderíamos interpretar (4) se atribuíssemos um código de cores às potências da alma – por exemplo, de acordo com as suas intensidades – de forma a que a cor vermelha correspondesse a uma intensidade muito forte, o branco a uma intensidade débil, o negro a uma ausência de intensidade ou o amarelo a uma intensidade média. Do mesmo modo, poderia estabelecer-se outra relação de *mapping* com o léxico de cor entre estas intensidades das potências da alma e a sua intencionalidade, de modo que o verde corresponderia à esperança, como é habitual na nossa cultura, e (4) poderia traduzir-se como:

(5) As vontades fortes são esperançadas

que é uma proposição perfeitamente aceitável em português. Esta recontextualização, que não é possível nas anomalias gramaticais, leva-nos a pensar na metáfora como um procedimento básico de interpretação do significado das

expressões complexas mediante a atribuição de um contexto cognitivo suficiente para adquirirem sentido. Evidentemente, à diferença das anomalias gramaticais, podemos estabelecer mais de um contexto diferente para a interpretação das anomalias semânticas, o que aproxima o *Princípio de Contextualidade* da noção fregeana de sentido, em contraposição com a composicionalidade, mais próxima da denotação ou da referência.

Podemos comprovar agora que esta relação entre composicionalidade e contextualidade no marco das zonas activas e dos perfis de normalidade das expressões linguísticas, além de congruente com a distinção fundamental entre sentido e referência, permite aplicar critérios compostionais à maioria dos fenómenos mencionados anteriormente. Assim, por exemplo, os idiomatismos e as unidades fraseológicas têm, em geral, um perfil de normalidade alternativo à sua interpretação literal. Neste caso, podem ser considerados como se fossem anomalias semânticas cujo significado composicional depende do seu significado contextual e da aplicação de alguma zona activa que permita a relação entre os elementos mais simples que compõem a frase. Por exemplo, os idiomatismos nem sempre seguem o *Princípio de Substituição dos Idênticos* – substituição de sinónimos – *salva intentionalitate*. Assim, na proposição:

(6) João esticou o pernil

não podemos fazer substituições por frases ou termos sinónimos sem modificar o significado da expressão completa. É por isso que

(6') João puxou para estender o pernil

não significa o mesmo que (6). Mas também tem um significado diferente desta outra proposição:

(6'') João esticou a perna

É evidente nos exemplos anteriores que “perna” não pode substituir “pernil” na expressão (6), ainda que o significado de ambos os termos esteja muito próximo ou possa relacionar-se metafórica ou metonimicamente. O mesmo ocorre com a definição do verbo “esticar” que o substitui em (6'), o qual, ainda que desenvolvendo o significado conceptual do mesmo, não compartilha com ele esta zona activa, pelo que o significado das proposições (6) e (6') muda dramaticamente.

Temos pois um problema de composicionalidade que afecta os aspectos extensionais do significado de termos (quase) sinónimos, mas não os aspectos

intensionais relacionados com o significado não-descritivo dos contextos em que aparecem. Segundo pensamos, isto é assim porque as zonas activas que relacionam o termo “pernil” – ou “perna” – em contextos referentes a seres humanos com as frases verbais “esticar” e “puxar para estender” são diferentes das que relacionam “perna” com esses mesmos verbos e nesses mesmos contextos. Portanto, neste tipo de expressões, a composicionalidade é salva graças à contextualidade, já que a interpretação figurada – João morreu – supõe uma mudança da zona activa em que se relacionam “esticar” e “pernil”.

Esta zona activa vem à luz quando se tenta explicar a origem da frase. Por exemplo, considera-se que (6) significa “João morreu” por comparação com a rigidez dos membros inferiores dos animais quando são sacrificados. Aqui temos um contexto de interpretação que nos ajuda a evitar a sensação de anomalia semântica da proposição e a inferir o seu perfil de normalidade – isto é, o conjunto dos contextos nos quais seria aceitável usar a expressão com este significado.

O problema dos idiomatismos é, por conseguinte, a convivência de duas interpretações possíveis. Uma interpretação que se restringe exclusivamente ao *Princípio de Composicionalidade* – João puxou para estender um pernil de alguma maneira – e outra que mediatiza o *Princípio de Composicionalidade* através da aplicação do *Princípio de Contextualidade* – João morreu. Deste modo, um “homem-rã” pode ser um homem mudado numa rã – num conto infantil, por exemplo, ou um mergulhador equipado com garrafas de oxigénio e barbatanas; mas, em qualquer caso, é sempre uma classe dentro do conjunto extensional dos seres humanos. É neste sentido, portanto, que podemos considerar que os idiomatismos são anomalias semânticas às quais se deve aplicar o *Princípio de Contextualidade* para que sejam interpretados. Ainda que certas propriedades dos idiomatismos possam ser entendidas em relação ao conceito de anomalia gramatical e ao critério de correção, o que às vezes as identifica com as frases ou enunciados cuja interpretação se rege exclusivamente pelo *Princípio de Composicionalidade*. O mesmo se pode dizer das proposições que contêm expressões anafóricas (pronomes, *deixis* de tempo ou lugar, etc.) ou das que são estruturalmente ambíguas e que podem ser recontextualizadas sem ambiguidade mediante processos sintáticos próprios da língua.

Referências

- Carnap, R., *Meaning and Necessity*. Chicago: Chicago University Press, 1947.
- Cruse, A., *Meaning in Language. An introduction to Semantics and Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- Davidson, D., “Truth and Meaning”. *Synthese*, 17, 304-323, 1967.
- Frege, G., *Grundlagen der Arithmetik. Eine logisch mathematische Untersuchung über den Begriff der Zahl*. Breslau: 1884.
- Frege, G., “Über Sinn und Bedeutung”. In: *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik*, 100, 1892, 25-50.
- Fodor, J. A. & Lepore, E., *Holism. A shopper's guide*. Oxford: Blackwell, 1992.
- Langacker, R. W., *Foundations of Cognitive Grammar. Vol. I Theoretical Prerequisites*. Stanford: Stanford University Press, 1987.
- Langacker, R. W., *Concept, Image, and Symbol: The Cognitive Basis of Grammar*. Berlín/Nueva York: Mouton de Gruyter, 1991.
- Langacker, R. W., “Metonymy in Grammar”. *Journal of Foreign Languages*, 6, 2-24, 2004.
- Partee, B., “Lexical Semantics and Compositionality”. In: L. Gleitman & M. Liberman (eds.) *Language*, Volume 1 de D. Osherson (Ed.) *An Invitation to Cognitive Science* (2nd Edition), Cambridge, MIT, 1995, 311-360.
- Pelletier, F. J., “Did Frege Believe Frege's Principle?”. *Journal of Logic, Language and Information*, 10, 87-114, 2001.